

PARAUAPEBAS EM DOIS TEMPOS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DE UM PROFESSOR- PESQUISADOR

Parauapebas in two times: theoretical perspectives and empirical evidence from a professor-researcher

Parauapebas en dos tiempos: perspectivas teóricas y evidencia empírica de un profesor-investigador

Parauapebas en deux temps: perspectives théoriques et témoignages empiriques d'un enseignant-chercheur

RESUMO

Esta é uma breve exposição particular de uma nota de pesquisa que reúne uma revisão bibliográfica, trabalhos de campo exploratórios e entrevistas semiestruturadas realizadas em Parauapebas, sudeste do estado do Pará, com um intervalo de 15 anos entre elas. O relato expõe impressões e reflexões, desenvolvidas com base em perspectivas teóricas e evidências empíricas dessa porção do espaço geográfico amazônico, fortemente influenciada pela mineração na Serra dos Carajás.

PALAVRAS-CLAVE: Parauapebas - PA; Amazônia; Grandes Projetos; Mineração; Evidências Empíricas.

ABSTRACT

This is a brief private exposition of a research trail that brings together a bibliographic review, exploratory fieldwork and semi-structured interviews carried out in Parauapebas, southeast of the Pará state, with an interval of 15 years between them. The report exposes impressions and reflections that were developed based on theoretical perspectives and empirical evidence of this portion of the Amazonian geographic space, heavily influenced by mining in Serra dos Carajás.

KEYWORDS: Parauapebas-PA; Amazon; Brazil; Major Projects; Mining.

RESUMEN

Esta es una breve exposición privada de una línea de investigación que reúne una revisión bibliográfica, trabajos de campo exploratorios y entrevistas semiestruturadas realizadas en el municipio de Parauapebas, en Pará, estado norteño de Brasil, con un intervalo de 15 años entre ellas. El relato expone impresiones

ATHILA LIMA KZAM

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFGPA). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano.

athila.kzam@ifpa.edu.br

Artigo recebido em:

08/07/2022

Artigo aprovado em:

18/07/2022

y reflexiones, desarrolladas con base en perspectivas teóricas y evidencias empíricas de esa porción del espacio geográfico amazónico, fuertemente influenciada por la minería en la Serra dos Carajás.

PALABRAS-CLAVE: Parauapebas-PA; Amazonie; Brasil; Grandes Proyectos; Minería.

RÉSUMÉ

Il s'agit d'une brève exposition privée d'une note de recherche qui rassemble une revue bibliographique, un travail de terrain exploratoire et des entretiens semi-structurés réalisés à Parauapebas, dans le sud-est de l'État de Pará, à un intervalle de 15 ans. Le rapport expose des impressions et des réflexions, développées sur la base de perspectives théoriques et de preuves empiriques de cette partie de l'espace géographique amazonien, fortement influencée par l'exploitation minière dans la Serra dos Carajás..

MOTS-CLÉS: Parauapebas-PA; Amazonie; Brésil; Exploitation minière; Grand projets.

INTRODUÇÃO

A presente trilha de pesquisa expõe as principais impressões e reflexões desenvolvidas com base em perspectivas teóricas e evidências empíricas acerca do município de Parauapebas registradas em dois momentos distintos: 2006 e 2021. Preliminarmente, o trabalho traz um relato pessoal da atuação do autor como professor e pesquisador de geografia, demonstrando as indagações, percurso acadêmico e justificativas que culminaram com a presente investigação científica.

Do ponto de vista metodológico, foi realizada uma revisão bibliográfica destacando a formação do espaço amazônico, sua inserção nos fluxos globais, os impactos dos projetos mineradores na organi-

zação espacial e, por fim, uma contribuição à discussão no tocante às cidades médias. As obras de Becker (1994; 2013), Gonçalves (2001), Trindade Jr. (2010; 2018), Ab'Saber (2004; 2007), Loureiro (2014), Silva (2003), Santos (1998; 2008), Sposito (2005) e Pinto (1982) estão no alicerce dessa etapa. Além disso, foram realizadas pesquisas de campo exploratórias, ancoradas no caráter holístico inaugurado por Humboldt (1874), com a obtenção de dados primários e entrevistas semiestruturadas que comprovam o crescimento econômico, dinamismo e paradoxos na geografia do município que abriga a maior extração de minério de ferro do Brasil.

No intervalo de 15 anos, ve-



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

rificou-se expressivas mudanças na morfologia do município associadas ao desenvolvimento de novas dinâmicas territoriais em função, dentre outros fatores, dos vultosos fluxos financeiros da mineração. Contudo, apesar do dinamismo econômico, há a persistência de elementos que reforçam o caráter periférico da inserção da Amazônia no circuito mundial de produção no qual os benefícios do capital não são revertidos à sociedade amazônida em geral.

HISTÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL ENRAIZADA NA AMAZÔNIA

Como boa parte dos amazônidas, especialmente os belenenses, minha vida está numa interseção entre a floresta e a cidade, não considerados aqui como dicotômicos, mas marcados pela convivência de relações, temporalidades e espacialidades dialeticamente contraditórias e homólogas.

Sempre morei na capital do Pará, uma metrópole que abriga mais de 1 milhão de habitantes e marcada por arranha céus com mais de 40 andares em seu *skyline*, conforme destaca Trindade Jr. (2018). Porém, durante minha infância e parte da adolescência, passava as férias escolares no município de São João da Ponta, na época, uma vila de São Caetano de Odivelas, localizada no nordeste do Pará. Das férias na pequena vila do interior, até então sem acesso à televisão, sem ruas asfaltadas e com racionamento

de energia elétrica, nasceu em mim o amor pela floresta, pelos banhos de igarapé e passeios de canoa no rio Mocajuba, ou seja, fui encantado pela vida simples do “tempo lento”, na qual a modernização econômica e o meio técnico-científico informacional se fazem de forma rarefeita (SANTOS, 1998).

Essa experiência me possibilitou um forte enraizamento com a escala geográfica local e regional, inclusive com a utilização lúdica e simbólica dos elementos naturais, especialmente o rio, lugar de histórias, encontros e desencontros ao lado do trapiche municipal. Este, aliás, localizado na frente da praça matriz e da igreja de São João, aspectos afins na morfologia urbana de qualquer cidade ribeirinha da Amazônia. Hoje, compreendo que essa vivência me possibilitou descobrir o mundo de maneira veloz “num processo intelectual contraditório e criativo” na qual “a força dos fracos é seu tempo lento”, como destacou Santos (1998, p.41).

A vivência em São João da Ponta, intimamente ligada à dinâmica da natureza, com um estilo de vida rural não moderno e a floresta ainda pouco degradada a qualificaria como “cidade da floresta” (TRINDADE JR, 2010). Porém, como ressalta Gonçalves (2001), essa é apenas uma parcela da realidade regional, uma vez que a Amazônia não é uma região homogênea como a visão externa equivocadamente pressupõe. A Amazônia é, sobretudo, diver-

sidade, tanto do ponto de vista físico quanto humano, a qual minha formação acadêmica e profissional ajudou a elucidar.

Em 2002, ingressei no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), maior instituição de ensino, pesquisa e extensão da região Norte do Brasil. Durante o curso, as disciplinas “Geografia da Amazônia” e “Geografia do Pará” moldaram o horizonte acadêmico daquele recém-chegado ao ensino superior e contribuíram ao reconhecimento das Amazônias identificadas por Gonçalves (2001).

A partir dessas disciplinas, foram realizadas pesquisas de campo que forneceram subsídios à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em 2007, com relação ao desenvolvimento socioespacial na comunidade da Boa Vista, localizada no município de Oriximiná, no Baixo Amazonas Paraense. A referida comunidade está localizada ao lado de Porto Trombetas (cidade-empresa criada pelo Projeto de Trombetas) e foi a primeira remanescente de quilombos a ter a titulação garantida no Brasil, em 1995.

A obra de Castro e Marin (1998) serviu de ponto de partida para elaboração do TCC. Nela, são discutidas as ações de resistência dos quilombolas e a percepção da dimensão política das lutas sociais e conflitos de territorialidade na Amazônia. Ainda que o trabalho das autoras presente como recorte territorial o Baixo Amazonas,

a discussão sobre os grandes projetos de infraestrutura e exploração mineral e seus consequentes impactos ao meio ambiente e às populações tradicionais serviu de arcabouço teórico ao principal objetivo dessa trilha, qual seja, o exame de Parauapebas. Nesse sentido, foi a partir do estudo acerca do projeto implantado pela Mineração Rio do Norte (MRN) que a curiosidade, inerente a qualquer pesquisador, levou-me a ampliar a investigação sobre as mudanças sociais, econômicas e ambientais sofridas pela Amazônia nas últimas décadas.

Em 2003, concomitantemente à formação acadêmica, iniciei a jornada como professor de geografia, primeiramente atuando em turmas do ensino médio e pré-vestibular, posteriormente no ensino superior. Naquela época, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) não era utilizado como forma de ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES), portanto, as faculdades e universidades adotavam seu próprio processo seletivo. No caso da UFPA e da Universidade Estadual do Pará (UEPA), as provas privilegiavam a dinâmica amazônica, valorizando o estado do Pará, logo as aulas relativas à realidade local/regional eram as mais procuradas pelos alunos, além de serem aquelas que mais aguçavam meu prazer em estudar e orientar o ensino e aprendizagem.

A partir de 2007, como parte da preparação dos estudantes aos processos seletivos, organi-

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

zei o Encontro de Geopolítica da Amazônia (EGA). O evento teve 9 edições anuais nas quais temas variados cobrados nas provas eram debatidos, com maior atenção àqueles voltados à Amazônia. Os eventos contaram com a participação de teóricos e personagens que estudam a dinâmica amazônica, dentre eles o jornalista Lúcio Flávio Pinto.

Em função de meu trabalho como professor, tive a oportunidade de realizar palestras em diversas cidades do estado do Pará, a exemplo de Altamira, Vitória do Xingu, Marabá, Santarém e Oriximiná, o que me possibilitou conhecer, *in loco*, as discussões travadas em sala de aula e repensar o papel do trabalho de campo na compreensão do espaço geográfico por meio da observação direta, como indicado por Humboldt (1874) e Ab'Saber (2004; 2007).

Posteriormente, em 2015, concluí o mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Universidade da Amazônia (UNAMA) cuja dissertação analisou os projetos de fragmentação territorial do Pará: Carajás e Tapajós. Logo em seguida, fui aprovado no concurso para professor efetivo de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará. Assim, minha atuação como docente, agora também no ensino superior, em especial nas disciplinas Espaço Amazônico I, Espaço Amazônico II e Geografia dos

Municípios Paraenses do curso de Licenciatura em Geografia, contribuiu para aprofundar ainda mais os estudos a respeito da realidade amazônica e ampliar as perspectivas teóricas para compreensão regional.

A PRIMEIRA IMPRESSÃO NÃO É A QUE FICA

Entre 1799 e 1804, Alexandre Von Humboldt (1769-1859) empreendeu uma série de expedições pelo continente americano que contribuíram de forma decisiva para as investigações epistemológicas acerca da natureza e do espaço e, consequentemente, estabeleceram as bases da geografia moderna. Na opinião de Wulf (2016), o naturalista prussiano foi o principal cientista do século XIX pois, dentre outras qualidades, ele foi capaz de promover a noção de unicidade aos elementos da Natureza ao buscar compreender a complexidade e interações múltiplas no entendimento das diferentes paisagens que compõem o planeta.

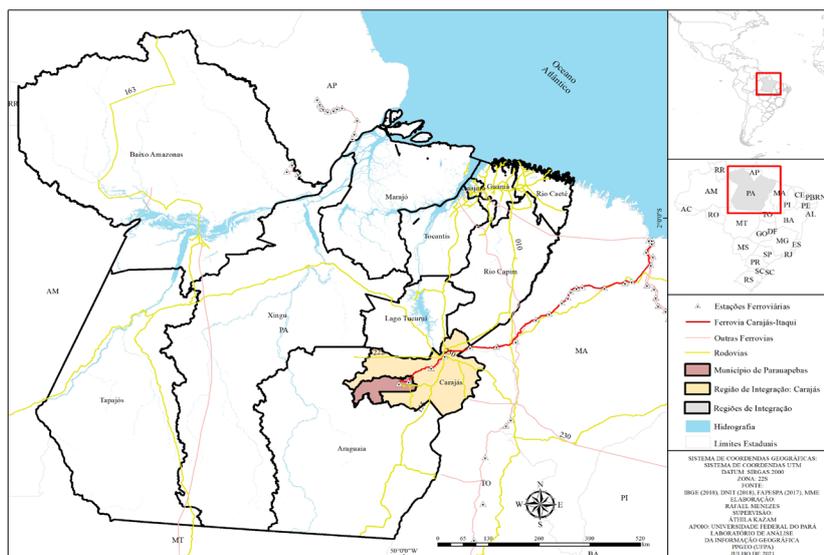
Naquela que é reconhecida como a mais importante obra de Humboldt (1874), *Cosmos*, o naturalista (que influenciou Charles Darwin e Simon Bolívar), previu a configuração da geografia como campo do conhecimento voltado a revelar as particularidades do Universo. De acordo com ele, ao separarmos a dimensão maior (*cosmos*) do lugar onde nossas vidas (*coros*) são desenvolvidas, é possível fomentar um olhar científico sobre a superfície da Terra (WULF, 2016).

Para Humboldt (1874), as evidências empíricas não são menos importantes que o conhecimento científico, uma vez que ambos compõem um *continuum* no qual a finalidade científica é resultante da comunhão do ser humano com a natureza. Assim, o trabalho de campo (observação direta) possui a mesma relevância que as fontes de observação indireta como textos, entrevistas, estatísticas e sondagens (CLAVAL, 2013). Nesse sentido, as expedições à Parauapebas aqui apresentadas, despretensiosamente, possuem uma grande inspiração na obra

de Humboldt (1874): o caráter holístico dos objetos e campos de estudo.

Pautado nessa percepção da realidade inaugurada por Humboldt (1874), o “empirismo raciocinado”, ou seja, a intuição a partir da observação, coordenei, em junho de 2006, uma excursão pedagógica com cerca de 40 alunos de uma grande escola particular de Belém para conhecer as instalações do Projeto Ferro-Carajás (PFC), localizado no município de Parauapebas no sudeste paraense (figura 1).

FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO DE PARAUPEBAS (PA).



Fonte: IBGE (2021). Organizado pelo autor.

Iniciei a viagem fazendo uma pergunta que o jornalista Lúcio Flávio Pinto comumente realiza: quem é paraense aqui? Quase todos os alunos levantaram a mão. Depois indaguei quantos haviam visitado Marabá, Altamira e Santarém e, simplesmente, nenhum dos alu-

nos havia visitado todas essas cidades, ou seja, não tinham a vivência de seu próprio estado. Posteriormente, perguntei: quem já visitou São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília? A resposta foi oposta à primeira: 37 dos 40 alunos conheciam as três metrópoles.

GEOGRAFARES

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

Não foi surpresa a resposta dos discentes, uma vez que mesmo apresentando uma das mais importantes economias do país, principalmente no que se refere à exploração das riquezas naturais, o estado Pará não está no roteiro de viagem de muitos. O conhecimento de boa parte da população acerca do estado, sobretudo da elite belenense, está circunscrito à área de influência direta da metrópole, principalmente Salinópolis, onde os filhos dessa elite ocupam com seus carrões a areia da praia.

Logo no início da viagem, ainda em Belém, ponderei o que Gonçalves (2001, p.10) instrui: “há várias amazônias na Amazônia”. A afirmação do autor ressalta a heterogeneidade regional, tanto humana quanto natural. Com base nisso, solicitei que os alunos observassem o relevo da cidade de Belém, cuja cota topográfica mais elevada não ultrapassa os 25 metros. Dessa forma, observamos que o relevo da capital paraense, indicado por Ross (2011) como planícies e tabuleiros litorâneos, é pouco acidentado e que, em pouco horas, nos depararíamos com uma geomorfologia diferenciada, a qual Ab’Saber (2004) assim descreveu

A geomorfologia da área oriental da Amazônia, onde se desenvolve o Projeto Grande Carajás, é toda constituída por grandes extensões de terras baixas colinosas – tabuleiros, baixos platôs, relevos cuestasiformes, colinas ligeiramente mameonizadas situadas em terrenos rebaixados – até 600-800km para o interior, onde a Serra dos Carajás quebra a monotonia relativa (AB’SABER, 2004, p. 67).

Em seguida, pegamos uma balsa em Belém, na avenida Bernardo Sayão, com destino ao Porto do Arapari, em Barcarena (PA). De lá, seguimos em

direção ao sudeste do Pará e, na altura do município de Goianésia do Pará, solicitei que os alunos observassem novamente o relevo. Dessa vez, no lugar da paisagem relativamente plana da capital, podemos perceber que o relevo se tornou mais acidentado, cheio de subidas e descidas. Nesse momento comentei: estamos chegando à Depressão Periférica do Sul do Pará, unidade de relevo distinta a que encontramos em Belém (ROSS, 2011).

Destaquei também que além da fisionomia geomorfológica “diferente”, encontraríamos uma cidade com características peculiares, pois foi criada em função da necessidade do capital internacional, ávido por minério de ferro. Logo em seguida, comentei que, para compreender a formação de Parauapebas, era necessário contextualizar com a integração da Amazônia ao restante do país. Assim, relembrei a obra de Becker (1994) denominada Amazônia, o pequeno livro de capa branca, como era chamado pelos alunos. Nele, a autora, que era professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), procurou compreender as transformações no território amazônico a partir da década de 1950, com destaque a efetivação de uma dupla malha de controle sobre o território.

Segundo Becker (1994), a primeira malha de controle, com caráter técnico, foi responsável pela modernização da infraestrutura como a abertura de rodovias, construção de hidrelétricas e expansão das redes de comunicações, iniciativas

que propiciaram a integração física da Amazônia ao restante do território nacional. A segunda malha de controle, de caráter político, foi responsável pela centralização nas mãos da União da gestão do território, como a federalização das margens das rodovias pelo decreto 1.164 de 1971, além da atuação dos órgãos do governo federal como a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Nesse livro, Becker (1994) destaca o II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), pelo qual a necessidade de gerar divisas a fim de reestruturar a economia do país, fortemente afetada pelo primeiro choque do petróleo, reforçou o paradigma sociedade-natureza de “economia de fronteira”, na qual o progresso foi concebido como crescimento econômico ilimitado, ancorado na apropriação de recursos naturais, também entendidos como infundáveis. Nesse contexto, marcado pela centralização política da ditadura civil-militar (1964-1985), foi efetivado o planejamento regional, por meio do qual o Governo Federal assumiu a iniciativa de implementar um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico.

É dessa época o Programa de Polos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia (Polamazônia), lançado em 1974 e responsável por selecionar 15

áreas que deveriam servir de indústrias motrizes ao crescimento econômico regional, sendo o suporte logístico à efetivação dos Grandes Projetos.

Expliquei aos alunos que, no final dos anos 60 do século XX, um grupo de geólogos, liderados pela paulista Breno Augusto dos Santos, contratados pela U.S. Steel (gigante mineradora norte-americana da época), encontrou grandes reservas de ferro no sudeste do Pará, embora estivessem prioritariamente à procura de manganês. Em 1970, foi criada a AMZA (Amazônia Mineração S.A.), uma associação entre a U.S. Steel (49% das ações) e a então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com 51% das ações. Contudo, sete anos depois, a empresa norte-americana se retirou do consórcio sob a alegação de que o baixo preço do minério de ferro no cenário internacional inviabilizaria os investimentos colossais da extração dessa *commodity* (KZAM, 2021).

De acordo com Loureiro (2014), os grandes projetos de extração mineral também estão associados a uma lógica externa. A partir da década de 1970, a expansão de novos ramos industriais, como a informática, robótica e microeletrônica nos países desenvolvidos, adjunto à expansão de uma maior consciência ambiental nesses territórios, relegou aos países periféricos a condição de exportadores de matérias-primas. Internamente, nos anos 1980, em função da crise generalizada vivida pelo país durante a “década perdida”, o Governo



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

Federal enxergou Carajás como a salvação econômica do Brasil e concedeu diversos tipos de incentivos, como ressalta Pinto (1982).

Para atrair empresas para a Amazônia, o governo federal instituiu uma série de favorecimentos e incentivos vigentes na região. O maior deles é aplicação de 75% do investimento necessário através da Sudam (...). Agora, para transformar Carajás na maior central de geração de dólares do país, o governo dará mais vantagens do que as que já concede normalmente às empresas que se instalam na Amazônia Legal. Um “regime especial de incentivos” foi instituído para favorecer os empreendimentos que se desenvolverem dentro do Programa Grande Carajás (PINTO, 1982, p. 85).

Esses incentivos estão na gênese do Projeto de Carajás, cuja extração do minério de ferro está localizada na Serra dos Carajás, a mais de 700 metros de altitude, que integra a Floresta Nacional de Carajás (Flona de Carajás), unidade de conservação de uso sustentável criada pelo Governo Federal no município de Parauapebas. A fim de viabilizar o projeto, inúmeras obras de infraestrutura foram desenvolvidas, como a criação do Núcleo Urbano (a cidade empresa que abriga mais de 5 mil pessoas); a estrada de ferro de Carajás com 892 km de extensão e o porto de Ponta da Madeira em São Luís no Maranhão na baía de São Marcos.

Nossa visita estava previamente agendada com a assessoria de comunicação da empresa. Inicialmente, visitamos a área de mineração, o Parque Zoológico Vale (PZV) e o núcleo urbano criado para abrigar os funcionários da Vale. Cabe ressaltar que, quando a exploração mineral foi iniciada, em 1985, a expectativa era que as minas tivessem uma vida útil de mais de 500 anos. Hoje, a empresa

aponta um pouco mais de duas décadas (KZAM, 2021).

Ao chegarmos à área de mineração, que contava com mais de 500 equipamentos em operação nas três minas do complexo, percebemos como as dimensões podem ser relativizadas em um grande projeto. A empresa utiliza caminhonetes Mitsubishi L-200, automóveis grandes, em comparação aos carros normais. Contudo, ao lado dos *Haulpak*, conhecidos como “fora-de-estrada”, as caminhonetes se tornam, na linha do horizonte, “carrinhos de brinquedo” de tão diminutos. Os caminhões *Haulpak* têm capacidade para transportar mais de 200 toneladas de carga, possuem 13 metros de altura (equivalente a um prédio de quatro andares) e só um pneu custa R\$ 65 mil reais, de acordo com a assessoria de comunicação da Vale. Sem dúvida, são os maiores caminhões do mundo, embora quase desapareçam na observação da maior mina a céu aberto do mundo, com mais de 800 metros de profundidade e dois quilômetros de extensão.

Logo após a visita às minas, a Vale organizou uma apresentação aos alunos para mostrar o processo de extração e separação do minério. Em seguida, fomos ao Parque Zoológico Vale (PZV), um lugar que possibilitou conhecer um pouco mais sobre a fauna e flora amazônicas. O bonito e bem cuidado parque, inaugurado em 1985, ocupa uma área de 30 hectares preservados e abriga mais de 300 animais entre aves, mamíferos e répteis, o que inclui algumas espécies ra-

ras ou ameaçadas de extinção, a exemplo do gavião-real, onça-pintada e suçuarana.

No PZV, há uma série de árvores plantadas por personalidades políticas e econômicas como dos ex-presidentes da República Fernando Henrique

Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Contudo, a árvore que mais chamou atenção dos estudantes foi uma castanheira, plantada em 23 de abril de 1991, pelo então casal real britânico, príncipe Charles e princesa Diana.

FIGURA 2 – CAMINHÃO HAULPAK, SÍMBOLO DA MAGNITUDE DO PROJETO.



Fonte: Foto do autor. Trabalho de campo, jun. 2006.

Posteriormente, fomos conhecer o Núcleo Urbano de Carajás, a cidade empresa criada para abrigar a mão de obra qualificada. Com cerca de 5 mil moradores, o espaço urbano é um reflexo da hierarquia empresarial, pois as casas são divididas de acordo com o cargo ocupado pelo funcionário. Dentro do núcleo, o cineteatro (no formato arquitetônico de uma tartaruga amazônica), o hospital Yutaka Takeda e o clube esportivo Doce Norte (onde foi encerrada a apresentação) foram os espaços que mais chamaram a atenção dos alunos.

Nossa recepção por parte da empresa foi excelente, com

funcionários sempre dispostos, gentis e sorridentes. Portanto, a primeira impressão que tivemos é que a mineração, da forma que está sendo propagandeada, é o caminho para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do estado do Pará e um modelo bem sucedido. Quando tive a oportunidade questionei os alunos: “será que um país fica rico vendendo commodities?” “Será que os impactos socioeconômicos compensam um projeto dessa envergadura?” “Por que, de fato, não ocorre a verticalização da produção no estado que figura como mero fornecedor de matérias-primas ou produtos semielaborados?”

GEOGRAFARCS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

Ao descermos a Serra dos Carajás pela rodovia Raimundo Mascarenhas, comentei com os alunos que conheceríamos a “verdadeira Parauapebas”. O município, emancipado de Marabá em 10 de maio de 1988, foi criado como polo logístico para a construção da ferrovia de Carajás. Ao chegarmos, perceberemos de imediato a poeira em suspensão, paisagem comum às cidades do sul e sudeste do Pará, remetendo-nos ao “*far west*”. Apesar das nítidas melhorias urbanísticas nos últimos anos, principalmente em sua porção central, onde se destacavam os ipês floridos, a cidade apresenta péssimos indicadores sociais. A intensa urbanização e crescimento urbano desordenados geraram uma série de impactos sociais e ambientais agravados pela precariedade do saneamento básico em boa parte dos bairros recém criados.

O maior paradoxo é que Parauapebas apresenta uma das maiores renda per capita do Brasil, cifra que ultrapassa R\$ 110 mil. A prefeitura argumenta que a receita é elevada em comparação aos demais municípios, e, ainda assim não suporta o enorme fluxo migratório que desencadeia o crescimento desordenado. Por outro lado, os críticos afirmam que a pobreza é resultado da má administração e do modelo de desenvolvimento predatório pautado da espoliação dos recursos naturais, sem as devidas compensações à população.

Os questionamentos dos alunos não tardaram a aparecer. “Como um estado tão rico pode ser tão pobre?” “Por que as re-

ceitas municipais não são revertidas, de fato, em melhorias sociais?” “Qual a solução para esses paradoxos?” As respostas não são simples, mas com certeza passam pela análise crítica e objetiva dos problemas apresentados.

NOVA JORNADA EM PARAUAPEBAS

Em 2019, iniciei o doutorado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPA (PPGEO/UFPA). No decorrer do curso, as disciplinas “Dinâmicas e Políticas Territoriais na Amazônia” e “Estratégias de Desenvolvimento Regional” aprofundaram o arcabouço teórico acerca da diversidade do espaço geográfico amazônico e contribuíram para definição do objeto de pesquisa: Parauapebas como cidade média.

Obras de autores como Santos (1998; 2008), Santos e Silveira (2001), Lefebvre (1999) e Haesbaert (2004) foram as principais condutoras do estudo sobre a inserção da Amazônia nos nexos globais de produção e consumo inerentes ao sistema capitalista. Assim como os trabalhos de Harvey (2004; 2005; 2012), Soja (1993) e Smith (1988) foram importantes para a análise crítica de como o capital consegue mediar diversas relações econômicas, sociais e políticas em escala global.

Outra disciplina extremamente relevante foi “A Cidade e o Urbano na Amazônia”, responsável por conduzir a análise sobre a formação do espaço urbano regional, em especial na

Amazônia Oriental, reconhecendo a urbanodiversidade presente na região, além da importância das metrópoles e cidades médias nas interações espaciais e no processo de comando dos fluxos de capitais, pessoas, informações, mercadorias e serviços. A obra de Becker (2013), a *Urbe Amazônida*, foi umas das principais perspectivas teóricas discutidas, na qual a autora expõe que as cidades amazônicas, historicamente, desempenharam um papel periférico na economia-mundo, na maioria dos casos, condicionada ao mercado global.

A partir dessas disciplinas e obras, associadas à metodologia da pesquisa de doutorado, fortemente influenciado pelas obras de Humboldt (1874) e Ab'Saber (2007), retornei a Parauapebas em julho de 2021. Claval (2013) ensina que o trabalho de campo não deve ser usado apenas para ratificar as informações coletadas do espaço geográfico, uma vez que ele possibilita a percepção de fenômenos que se esquivam do olhar de um viajante comum.

Em função da capacidade de interpretação espacial inerente ao trabalho do geógrafo, é possível distinguir realidades invisíveis a outros olhares. Pensamento semelhante é compartilhado por Ab'Saber (2007). De acordo com o autor, o trabalho de campo é uma ação para a descoberta e conhecimento da realidade, pois compõe o processo de amadurecimento do pesquisador com vistas à melhoria das condições de vida da sociedade e não para atender as demandas do capital especulativo.

Mesmo com as restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus, e consequente limitação do acesso a determinados locais, pude voltar à cidade que, 15 anos antes, havia despertado em mim sentimentos contraditórios de surpresa (pela relevância econômica) e revolta (pela precariedade social). No intervalo entre as pesquisas, as mudanças na morfologia urbana da cidade foram nítidas. Primeiro, do ponto de vista demográfico, houve um incremento expressivo, como revela a tabela 1.

TABELA 1– EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PARAUAPEBAS NOS ANOS ANALISADOS.

Ano	População Total	População urbana (%)	População rural (%)
2006	121.445	89,16%	10,84%
2021	218.787	90,14%	9,86%

Fonte: IBGE/Censo Demográfico. Adaptado pelo autor.

A tabela 1 demonstra que em 2006, na época da primeira pesquisa de campo, a população municipal era de 121.445 habitantes. Quinze anos de-

pois, a população saltou para 218.787 habitantes, o que torna Parauapebas o quinto município mais populoso do estado do Pará na atualidade. A atração

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

demográfica teve como mola propulsora a extração mineral ao gerar empregos diretos em setores como operadores de máquinas, soldados, e operadores de minas, além de empregos indiretos resultantes da dinamização da economia local nos setores de comércio e serviços.

Todavia, cabe ressaltar que, de acordo com Silva (2003, p. 138), “estudos realizados a pedido da CVRD, acusaram que para cada um emprego gerado, outras sete ou oito pessoas migrariam para a cidade”. Nossa observação empírica demonstrou que, semanalmente, dezenas de pessoas chegam a Parauapebas em busca de melhores perspectivas, vindas, principalmente, pelo trem de passageiros da ferrovia de Carajás.

Na pesquisa, identificamos que, em 2021, a passagem de Açailândia (MA) para Parauapebas, pelo trem da ferrovia de Carajás, na classe econômica, custava R\$ 38,00 por pessoa, com duração de 5 horas e 50 minutos. O mesmo percurso, de ônibus, custava R\$ 90,00 com duração de 9 horas. Dessa forma, além do custo ser menor, a viagem de trem possui menor duração, logo, é a opção mais procurada pelos migrantes provenientes do Maranhão.

Como ressaltava Silva (2003), a migração em massa gera um ciclo vicioso, uma vez que os problemas iniciam pela falta de qualificação profissional, desencadeiam o subemprego e afetam vários setores como a saúde, habitação, saneamento e outros atributos fundamentais à

vida digna aos migrantes, o que repercute diretamente na paisagem urbana.

Parauapebas tornou-se um polo atrativo, tanto à dinâmica migratória quanto aos fluxos de capitais vinculados ao comércio, serviços e setor imobiliário. Assim, concomitante à formação de regiões com carência de infraestrutura, há setores de consumo modernos, que integram aquilo que Santos (2008) denominou de circuito superior da economia urbana. De acordo com autor, “o comércio moderno realiza-se através de uma gama de estabelecimentos que vão das grandes lojas, supermercados e mesmo hipermercados, englobando um número considerável de produtos e uma massa importante de consumidores” (SANTOS, 2008, p. 87).

Como ressaltava Davidovich (1991), as cidades médias passaram a receber uma série de denominações nas últimas décadas como “cidades emergentes”, “nós estratégicos” e “lugares de possibilidades”, o que evidencia uma (re)estruturação econômica e produtiva desses espaços não metropolitanos. Assim, como reforça Sposito (2005), elas adquirem novas funções e conteúdo na rede urbana nacional, pautados pela sua nova divisão territorial do trabalho em curso.

Esses atributos elencados são facilmente observados em Parauapebas, pois o município tem recebido novos empreendimentos relacionados ao consumo como supermercados, hotéis, shopping center, lojas de departamento, concessionárias das principais montado-

ras de veículos do país como a Volkswagen, Renault, Chevrolet, Ford e Toyota, e inúmeros estabelecimentos de prestação de serviços. Além disso, cabe ressaltar que observamos importantes investimentos associados ao ensino superior e técnico, com a implantação de universidades como a UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia), UEPA (Universidade Estadual do Pará) e UNIFESPA (Universidade federal do Sul e Sudeste do Pará), além do IFPA (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia). Assim, nossa pesquisa de campo teve como ponto de partida a compreensão da lógica dessas “novas centralidades

urbanas”.

Por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com a assistente de relações públicas do Partage Shopping Center, foi informado que a empresa possui 9 (nove) estabelecimentos comerciais no Brasil, sendo dois no estado do Pará. De acordo com ela, o que levou à instalação do empreendimento em Parauapebas foi a “grande fama da cidade de crescer de forma gradativa e positiva a cada dia”. Segundo a representante do shopping, a empresa atingiu seus objetivos se instalando no município, já que é “um dos lugares mais visitados na cidade”.

FIGURA 3 – ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO MODERNO EM PARAUAPEBAS.



Fonte: Trabalho de campo (jul. 2021). Em sentido horário: loja da Havan, Hotel Ibis, Partage Shopping Center e Assai Atacadista.

Como reforça Sposito (2005), os shoppings centers, geralmente, são responsáveis por novas centralidades, uma vez que a concentração de diver-

sos estabelecimentos ligados ao comércio e aos serviços numa certa localização incorpora os mesmos atributos que se encontram no centro comercial tradi-

GEOGRAFARCS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

cional, entretanto, possuem a conveniência da acessibilidade, já que eles são alocados próximos a vias expressas e possuem estacionamento facilitado. No caso de Parauapebas, a principal via de circulação, a Avenida Liberdade (PA-275), apresenta uma concentração cada vez maior do comércio moderno.

Em um intervalo de apenas 15 anos, percebemos que o espaço urbano de Parauapebas foi intensamente ressignificado, não apenas com espaços de consumo modernos apresentados aqui, mas também devido a atuação do capital imobiliário, marcado pela repetição de estruturas arquitetônicas importadas que resultaram na

eliminação da cobertura vegetal nativa e contemplação da natureza com base em um modelo exógeno. Exemplo disso é o Residencial Alto Bonito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no Morro do Chapéu (figura 4).

Além de iniciativas como do PMCMV, o grande capital imobiliário tem se expandido, o que tem ampliado a polarização do espaço intraurbano entre espaços periféricos, para a população com menor poder aquisitivo, e espaços recentemente criados com condomínios de alto padrão, tanto verticais, como o Real Park Residence (figura 4) e horizontais, como o Mirante da Serra (figura 5).

FIGURA 4 – NOVOS ESPAÇOS DE MORADIA, ANTIGA SEGREGAÇÃO.



Fonte: Trabalho de campo (jul. 2021). Do lado esquerdo, identificamos o Residencial Alto Bonito do PMCMV. Do lado direito, o Real Park Residence.

FIGURA 5 – IMAGEM DO MIRANTE DA SERRA: CONDOMÍNIO DE LUXO EM PARAUAPEBAS.



Fonte: Trabalho de campo (jul. 2021).

Portanto, essa segunda pesquisa ratificou que Parauapebas é um dos municípios mais atingidos pela modernização econômica, nos quais os reflexos, em termos de arrecadação tributária e fiscal, são recordes. Por outro lado, o município não foi organizado para ter uma distribuição internas das benesses econômicas desse processo. Assim, comprovamos a ampliação das desigualdades territoriais e sociais, não mais apenas entre o núcleo planejado (a company town no alto da serra dos Carajás) e o núcleo de formação espontânea, no sopé da serra. Agora, o próprio tecido urbano municipal é extremamente complexo e segregado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Influenciado pelo pensamento de Humboldt, o trabalho de campo não pode estar

circunscrito à coleta de dados, uma vez que a realidade não é resultado de uma sobreposição randômica de informações. Assim, as expedições científicas devem servir como vetores de um entendimento completo do espaço geográfico, já que ele é constituído de individualidades que necessitam ser percebidas (WULF, 2016).

Nesse viés, a realização de estudos empíricos *in loco* são cruciais à observação e análise do espaço geográfico, pois trata-se de uma metodologia que permite verificar, ratificar ou negar dados e informações, além de estabelecer novas perspectivas do objeto de estudo. Desse modo, ainda que não negue sua importância, a investigação científica não deve estar circunscrita a conceitos teóricos e bibliográficos, mas deve reservar a mesma relevância metodológica à pesquisa de

GEOGRAFARCS

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

campo.

No caso de Parauapebas, as pesquisas realizadas com intervalo de 15 anos, concomitantes à construção do arcabouço teórico, demonstraram que a mineração contribuiu para a expansão da economia e das receitas municipais, possibilitando a ampliação de empreendimentos de consumo modernos fruto da chegada de novos agentes econômicos que desencadearam novas espacialidades urbanas. Todavia, essa dinâmica ocorre em paralelo com a fragmentação territorial associada à se-

gregação socioespacial e, por conseguinte, à proliferação de problemas socioambientais como a precariedade do saneamento básico e carência de infraestrutura.

Portanto, de um lado Parauapebas moderniza-se com novos espaços de consumo, por outro, ampliam-se as áreas empobrecidas. Assim, o município é um reflexo do crescimento desigual e desordenado da metamorfose acelerada, verificada de forma empírica e científica, nessa porção da Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ab'Saber, A. *Amazônia: do discurso à práxis*. 2ed. São Paulo: Edusp, 2004. f.318.
- _____. *O que é ser geógrafo*. Rio de Janeiro: Record, 2007. f.162.
- BECKER, B. *Amazônia*. 3ed. São Paulo: Ed. Ática, Princípios. 1994. f.112.
- _____. *A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013. f.88.
- CASTRO, E. M.; MARIN, R. E. *Negros do Trombetas: Guardiães de Matas e Rios*. Belém: NAEA, 1998. f.262.
- CLAVAL, P. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. *Confins*, São Paulo, n.17, 2013.
- DAVIDOVICH, F. Brasil metropolitano e Brasil urbano não-metropolitano: algumas questões. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.53, n.2, p.127-133, abr./jun.1991.
- GONÇALVES, C. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001. f. 178.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Bra-

sil, 2004. f.396.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. f.384.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005. f.352.

_____. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v.14, n.28, p.8-39, 2012.

HUMBOLDT, A. **Cosmos: ensayo de un descripción física del mundo**. Madri: Gaspar y Roig, 1874. f. 294.

KZAM, A. Transformações Espaciais Na Amazônia Oriental: Parauapebas Como Cidade Média. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v.9, n.1: p.88-110, 2021.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999. f.212.

LOUREIRO, V. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 3ed. Belém: Cultural Brasil, 2014. f.383.

MORAES, A. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20ed. São Paulo: Annablume, 2005. f.152.

PINTO, L. F. **Carajás: o ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. f. 114.

ROSS, J. Relevô brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia**, n.4, p. 25-39, 2011.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. 4ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. f. 176.

_____. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2008. f.440.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001. f.476.

SILVA, J. M. P. **Poder, governo e território em Carajás**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2003. f. 198.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. f.220.

GEOGRAFARCS 

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Janeiro-Junho, 2022
ISSN 2175-370

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. f.324.

SPOSITO, M. E. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo** ». Presidente Prudente. Tese (Livre docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, 2005.

TRINDADE Jr. S. C. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v.51, p.113-150, 2010.

_____. S. C. Um "skyline" em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v.21, n.1, p.57-78, jan-abr. 2018.

WULF, A. **A invenção da natureza: A vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt.** São Paulo: Planeta, 2016. f.600.